



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6468

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Diversos

Autoria: Maria de Fátima Pereira Macedo

Data: 03/05/2005

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 29/2005. Institui o "Programa Não à Violência Infanto-Juvenil", no município de Montes Claros. (Referente à Lei nº 3.411, de 24/06/2005).

Controle Interno – Caixa: 9.2

Posição: 43

Número de folhas: 06

Espécie: PL
Categoria: Diversos
cx: 9.2
Ordem: 43
nº fls: 04



29/2005

07.06.2005

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2005

AUTOR:

VEREADORA – FÁTIMA PEREIRA MACEDO

ASSUNTO:

Institui o “ Programa Não à Violência Infanto-Juvenil, no

Município de Montes Claros”.

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 03/05/2005
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - *APROVADO EM 1ª EM. 04.05.2005*
- 4 - *APROVADO EM 2ª EM. 31.05.2005*
- 5 - *APROVADO EM 3ª EM. 07.06.2005*
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

Projeto de Lei nº **/2005**

Institui o “Programa Não à Violência Infanto-Juvenil”, no Município de Montes Claros.

O povo do Município de Montes Claros - MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o “Programa Não à Violência Infanto-Juvenil”, no Município de Montes Claros, a ser implantado, prioritariamente, nas regiões que apresentam maior índice de violência.

Art. 2º- São objetivos do Programa:

- I - fortalecer as relações comunitárias e disseminar ação de solidariedade e cidadania;
- II- articular a comunidade da região para, com base em diagnóstico, desenvolver ações de promoção e garantia de direitos, especialmente de combate à violência e de valorização da vida;
- III-desenvolver estratégias de trabalho por meio de parcerias com instituições governamentais e não-governamentais, para operacionalizar ações de combate à violência;
- IV-estreitar as relações entre as escolas com a comunidade, reforçando espaços de apoio às ações solidárias;
- V-formar comissões regionais de prevenção à violência para coordenar e definir as ações.

Parágrafo Único - As comissões tratadas no inciso V deste artigo serão compostas por representantes de Conselhos Escolares, de instituições públicas e privadas identificadas com a problemática do Conselho Tutelar.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete da Vice-Presidência

Art.3º-Para a implantação do Programa, será instalado um Fórum Municipal de Prevenção à Violência nas Escolas, onde serão convidados membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Educação, Ministério Público, Juizado da Infância e da Adolescência, Conselho Tutelar, OAB - Ordem dos Advogados do Brasil e Diretorias das Escolas Estaduais, Municipais, Escolas Privadas e representantes das Universidades.

Parágrafo Único-O Fórum Municipal definirá as regiões prioritárias para implantação do programa e a coordenação das ações regionais.

Art. 4º-Esta lei entra em vigor na data da publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal de Montes Claros, 02 de maio de 2005.


Fátima Pereira Macedo
Vereadora

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
 E JUSTIÇA
 EM 04 DE MAIO DE 2005

 PRESIDENTE

Projeto legal e
 constitucional.

A. Silveira
 Presidente da Comissão
 de Justiça

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
 EM 29 DE MAIO DE 2005

 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
 EM 31 DE MAIO DE 2005

 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 3ª DISCUSSÃO POR
 EM 07 DE JUNHO DE 2005

 PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2005 QUE “Institui o “Programa Não à Violência Infanto-Juvenil, no Município de Montes Claros”, de autoria da Vereadora Maria de Fátima Pereira Macedo.


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 05 de maio de 2005.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Montes Claros, 09 de junho de 2.005.

Ofício : ATL N° 239 / 2005

Assunto: Encaminha Projeto para Sanção

Serviço : Câmara Municipal

Senhor Prefeito,

Com os nossos cordiais cumprimentos, e de conformidade com o que preceitua o inciso X Art.37 da Constituição Federal e o Art. 54, da Lei Orgânica do Município de Montes Claros, estamos encaminhando à V.Ex^a. para sanção e publicação, os seguintes Projetos de Lei aprovados por esta Casa Legislativa : " **AUTORIZA O USO DOS MUROS E ESPAÇOS ADJACENTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, ATRAVÉS DE CONCESSÃO REMUNERADA FIRMADA PELO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, PARA USO DE PUBLICIDADE ATRAVÉS DE OUTDOOR, PLACAS E PINTURAS PUBLICITÁRIAS e o Projeto que INSTITUI O " PROGRAMA NÃO À VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL", NO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS.**"

Valho-me da oportunidade para renovar a V.Ex^a. votos de estima e elevado apreço.


Vereador Sebastião Ildeu Maia
Presidente da Câmara

Excelentíssimo Senhor
Dr. Athos Avelino Pereira
DD. Prefeito Municipal
MONTES CLAROS - MG

Gx92/43